



## **3º Encontro - Saúde, democracia e participação social/control social**



### **Saúde, democracia e participação social/ control social**

Quando falamos de política, estamos falando de poder; e poder significa a força de decidir: em casa, na comunidade, no estado, no Brasil. Mas decidir o quê? Por exemplo, imaginemos que estamos organizando um grande jantar e temos que decidir quem sentará conosco à mesa para deliciar-se com o jantar. Alguém irá dizer se todos, ou se “este” ou “aquele”. Essa escolha é um ato político, e aquele que escolhe tem o “poder” de realizá-la, pois recebeu essa tarefa, ou a faz de forma arbitrária.

A política é uma estratégia de ter e exercer o poder. Por exemplo, lutar para ter saúde para todos/as é uma estratégia de poder, de decidir e escolher para quem deve governar o presidente do Brasil: se é para o povo ou para os banqueiros. Então, lutar pelo SUS é fazer política diariamente, lutar para ter trabalho decente é fazer política, lutar contra o racismo é fazer política. Lutar pelo fim da violência contra as mulheres é fazer política! Lutar pela vacina contra a Covid-19 é fazer política! Lutar contra a fome é fazer política. Lutar pela vida de todos/as é fazer política!

Ser conselheiro/a de saúde e/ou uma liderança do bairro é ser um sujeito político, isto é, um sujeito que “participa” das decisões da política pública de saúde no seu território, município, estado ou país; que contribui com a comunidade e com a coletividade.

Muitas vezes, confundimos política somente com ações de agentes partidários. Ou pensamos que fazer política é uma profissão daquele/a que se coloca como candidato/a a alguma coisa. Política não é só isso. Candidatos/as a vereadores/as, prefeitos/as, deputados/as, governadores/as, presidente fazem política porque estão disputando o poder de decidir e de tomar as decisões para o município, estado ou país. Assim como os/as conselheiros/as de saúde fazem política quando realizam a Conferência Municipal de Saúde.



## Roteiros de diálogos sobre o SUS nas Eleições 2022

### Textos para leitura

No Brasil, apesar de todos os desafios e fragilidades, vivemos um regime democrático de governança. Isso quer dizer que o poder de tomar decisões sobre o País não é centrado em uma única pessoa, mas “compartilhado” com o povo, seja diretamente ou através de seus representantes.

Democracia, seja ela participativa ou representativa, é a participação das pessoas nos diversos espaços públicos e de tomada de decisão. A participação social e o controle social só são possíveis em um regime democrático. No Brasil, participamos do governo votando, ou seja, escolhendo nossos representantes que irão governar o Brasil e também através de referendos, audiências públicas, abaixo-assinados, conselhos de políticas públicas, e outras formas.

A experiência democrática no Brasil é recente: podemos dizer que, nestes poucos mais de 500 anos de Brasil, tivemos em torno de pouco mais de 50 anos de regime democrático. E, nesse período, nossa democracia tem encontrado muitos desafios; um deles é a sub-representação da diversidade da população brasileira nos espaços de poder e no sistema político. Por exemplo, por mais que as mulheres representem mais de 55% da população brasileira, elas ocupam apenas 15% das cadeiras do Congresso, ou seja, 75% das cadeiras são ocupadas por homens desde as eleições de 2018. Quando se analisa a composição étnico-racial dos deputados federais eleitos em 2018, temos apenas 24,3% do total de representação negra ou parda, ou seja, os brancos chegam a 75%, mesmo que a maioria da população brasileira, segundo o IBGE, seja negra. Imaginem se pensarmos a representação por LGBTQIA+, indígenas, idosos, jovens, pessoas do campo... isto é, a sub-representação no Congresso e também no sistema político brasileiro escancara as fragilidades da nossa democracia e denuncia o patriarcalismo, o racismo, patrimonialismo e o coronelismo estruturais presentes. Isso dificulta muito a discussão e a elaboração de políticas públicas para o enfrentamento dessas questões e também a garantia de direitos dessas populações.

É importante dizer que democracia não é só o cumprimento de regras (por exemplo, respeitar o processo eleitoral: isso é importante e deve ser respeitado, do contrário é “Golpe”), ela pressupõe também a realização de direitos. É na democracia que o conceito ampliado de “saúde” e o conceito de que o Estado é



## Roteiros de diálogos sobre o SUS nas Eleições 2022

### Textos para leitura

o responsável por garantir esse direito e todos os demais se fortalecem. Quanto mais os direitos estão garantidos, mais a democracia fica consolidada.

Por isso que o slogan da 16ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2019, intitulada “8ª +8”, foi **SUS é Democracia e Democracia é SUS**, remetendo à 8ª Conferência de Saúde, um marco para a participação social, pois foi a primeira conferência com ampla participação do povo que aprovou o texto base para a Constituição Federal reconhecer que saúde é um direito de todos e dever do Estado.

Na abertura da 8ª Conferência de Saúde, o sanitarista Sérgio Arouca trouxe a afirmação “Saúde é Democracia”. Sabe por quê? Porque, para ele, não é possível melhorar a saúde sem melhorar a qualidade de vida do País para todos/as, não somente para alguns. Vejamos como ele disse:

*Passou-se a perceber que não era possível melhorar a vida da nossa população enquanto persistisse, nesse País, um modelo econômico concentrador de renda e um modelo político autoritário. Para romper o ciclo econômico que levava nossa população a viver cada vez mais em piores condições, um passo preliminar era a conquista da democracia. O problema não era técnico, não era imaginar que não tivéssemos conhecimentos, técnicas e profissionais para resolver o problema de saúde. O problema era de decisão política, e a política não colocava como prioritária a questão social. O que a política colocava como prioritário era o enriquecimento e a concentração de renda, mas nunca a melhoria de vida do nosso povo. Portanto, o lema que surgiu dentro do sistema de saúde durante os últimos anos – “democracia é saúde” – significava que, para se conseguir começar, timidamente, a melhorar as condições de saúde da população brasileira, era fundamental a conquista de um projeto de redemocratização deste País.*

Discutir democracia e saúde em um período de eleições é, ao mesmo tempo, fazer diagnósticos (falta de profissionais, rede de saúde sucateada, cortes nos financiamentos, falta de exames, de medicamentos, de vacinas, precarização e desmonte das unidades básicas de saúde, etc.) mas também um momento de discutir com os/as candidatos/as e/ou seus representantes quais as possibilidades concretas de enfrentamento dessa situação: qual projeto de País defende



## Roteiros de diálogos sobre o SUS nas Eleições 2022

### Textos para leitura

e para qual irá trabalhar? Como irá ampliar o financiamento do SUS? Como irá enfrentar as inúmeras cirurgias represadas pela Covid-19? Como irá tratar das sequelas da Covid? Qual modelo de atenção básica irá defender? Qual conceito de “saúde” defende? Enfim, é a hora de mostrar possibilidades reais e concretas, não desinformações ou fake news.

Sempre é bom lembrar que o SUS nasceu da luta do povo para que todos/as tivessem assistência à saúde, também reconhecendo a **saúde como direito** e não mercadoria. De um lado, o SUS rompe com a ideia de que a saúde é um benefício apenas para o contribuinte com Carteira de Trabalho assinada e seus dependentes; de outro, opõe-se à lógica mercantilista que entende os serviços de saúde não como um direito, mas sim um produto a ser comprado – de responsabilidade individual, através de pagamento – a partir dos princípios da oferta e procura de determinados produtos e serviços.

O Movimento da Reforma Sanitária queria garantir que o povo continuasse “participando diretamente” da política pública de saúde, por isso defendeu o princípio da participação social como um dos pilares do SUS. Decorrentes disso, foram criados os conselhos de saúde, dos quais a comunidade participa, tomando decisões sobre a política de saúde de determinado território.

A participação social e o controle social no SUS vêm sendo duramente criminalizados e fragilizados, ferindo gravemente os princípios da democracia e fortalecendo a ideia de que a participação social atrapalha a gestão e onera os cofres públicos. Em 2019, o Governo Federal publicou o decreto 9.759/2019, extinguindo colegiados (conselhos, comitês, comissões), importantes espaços de participação social no Estado, exercício da democracia participativa, constituídos por decretos. O Conselho Nacional de Saúde não entrou nesse rol porque é estabelecido por lei, o que, aliás, também foi resultado de uma luta do povo. Por isso, a força da continuidade, apesar das enormes dificuldades e tentativas de desmonte, está na união e no fortalecimento daqueles que constroem o SUS nos diferentes territórios e regiões.

Democracia, saúde, direitos e participação social: essa é a nossa bandeira de luta. Será que é a bandeira do/a seu/sua candidato/a também?